

NOVO MARCO REGULATÓRIO E PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

A INTERSINDICAL DOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL MÉDIO E UNIVERSITÁRIO DA ELETROSUL, em parceria com a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS ELETRICISTAS, com a FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS e com a FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS, tendo em vista a surpreendente notícia da privatização da Eletrobras, vem a público externar a sua perplexidade em face de mais um desastre para o setor elétrico nacional, caso essa lamentável iniciativa seja concretizada.

O Governo Federal, através da Consulta Pública Nº 33, semeou as preliminares de suas verdadeiras intenções, quando pretendeu debater os novos marcos para a regulamentação do setor elétrico nacional.

Hoje, sabemos que a ausência de estudos especializados mais aprofundados, escondia os reais propósitos do governo, que são a alienação de seus ativos no setor APENAS em função dos déficits nas contas publicas.

Ora, tal postura é absolutamente incompatível com a propositura de um marco regulatório, visto representar uma distorção profunda das necessidades setoriais. Usa-se de um instituto legítimo para mascarar as verdadeiras intenções.

No caso específico do Setor Elétrico, - que passa por um momento absolutamente instável em função da insanidade representada pela edição da malfadada MP nº 579/2012, onde de forma desastrosa reduziram-se as tarifas na "esperança" de alavancar a economia, quando naquela oportunidade a situação hidrológica do sistema já apontava para aumento das tarifas -, o resultado foi a descapitalização das empresas do Grupo Eletrobras. A edição desta MP representou um ato político-eleitoral oportunista, que desprezou as orientações de inúmeros consultores renomados do país, de variadas correntes de pensamento.

Para piorar, as empresas do Grupo Eletrobras vem sendo há anos comandadas por indicados pelo PMDB, partido do atual presidente da República (mesmo nos mandatos Lula e Dilma). Gestões políticas e não profissionais também contribuíram, e muito, para atual momento delicado do setor.

Adicionalmente, as operações encetadas pela Polícia Federal tem mostrado que uma parte expressiva dos parlamentares do Congresso Nacional está envolvida em desvios de conduta. Esse fato retira a necessária isenção, aliada a notória incompetência e

ao analfabetismo técnico de nossos políticos, para, nesse momento, avaliar o mérito técnico dessa tal “privatização”.

Destacamos uma obviedade: o setor elétrico é estratégico para o país e temas tão relevantes como os representados pela alteração dos marcos regulatórios e eventual privatização desse setor, ou metaforicamente, como quer o governo, desestatização, não deveriam ser submetidos a apreciação, sob qualquer forma, sem estudos detalhados, calcados sob premissas técnicas, sem açodamento, num momento de turbulência política e econômica, onde os ativos energéticos estão depreciados pela incompetência dos gestores que foram responsáveis pela MP Nº 579/2012. Os estudos preliminares, por melhor que tenham sido produzidos, são insuficientes para guiar o futuro do setor elétrico nacional.

Paralelamente a isso, uma série de Projetos de Lei estão tramitando no Congresso Nacional, cujos objetos podem alterar, aprimorar, redirecionar o cenário da infraestrutura energética brasileira. Podemos citar o PL 3772/2015, que dispõe sobre medidas de abertura da economia do Brasil e de licitações; o PL 7902/2017, que altera critérios de julgamento em licitações de concessões e arrendamentos; o PL 7229/2017, que introduz modalidades de garantias para licitações e contratos da administração pública; o PL 7230/2017, que disciplina a contratação de projetos e serviços de consultoria no âmbito de licitações e o PL 6988/2017, que cria a obrigatoriedade do seguro garantia para obras e serviços de pequeno, médio e grande vulto.

Todos esses PL´s devem ser considerados em conjunto com a questão posta da alteração do marco regulatório para o setor elétrico.

A discussão posta na Consulta Pública não dispõe de dados e de estudos técnicos que tenham analisado a relevância do modelo híbrido estatal e privado para possibilitar a modicidade tarifária. Esse tema, aliás, é fator preponderante para investimentos, tanto públicos quanto privados, indicando que o açodamento em mudar de forma aleatória e sem respaldo técnico adequado e suficiente, poderá nos lançar, DE NOVO, numa aventura totalmente irresponsável.

Outra situação que merece o devido destaque: a decisão concreta de venda dos melhores ativos existentes nas empresas públicas responsáveis pelo gerenciamento do setor energético nacional, deixando aqueles ativos ultrapassados ou não atrativos economicamente, como “sucata” para o governo continuar administrando.

Tudo isso somado e é a desgraça anunciada.

Nesse momento, é necessária a mobilização permanente de todos os atores responsáveis pelo gerenciamento do setor, de modo a impedir a sua espoliação.

**INTERSINDICAL NA REPRESENTAÇÃO LEGAL DAS SUAS
CATEGORIAS E NA DEFESA DE TODOS OS EMPREGADOS DA ELETROSUL**

FILIE-SE AO SINDICATO DE SUA CATEGORIA

SENGE/SC - SAESC - SINTEC/SC - SINDECON/SC - SINCÓPOLIS

Unimed



UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS

convenios@senge-sc.org.br

CONVÊNIOS SENGE

Somente no SENGE- SC TODOS profissionais das Intersindiciais podem usufruir dos nossos Planos UNIMED E UNIODONTO. E mais: nossos planos são extensivos a toda família.